

Mecanismos de coordenação institucional em matéria de violência de género

Coleção Documentos de Política nº 21
Área: Justiça

Mecanismos de coordenação institucional em matéria de violência de género

Documento de política nº 21

Área: Justiça

**Edita:**

Programa EUROsociAL
C/ Beatriz de Bobadilla, 18
28040 Madrid (Espanha)
Tel.: +34 91 591 46 00
www.eurosociasocial-ii.eu

Com a colaboração de:

Expertise France



Conferência de Ministros da Justiça
dos Países Ibero-americanos



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo dos mesmos são de responsabilidade dos autores e em nenhum caso deve ser considerada refletindo os pontos de vista da União Europeia.

Edição que não se destina à venda.

Realização gráfica:

Cyan, Proyectos Editoriales, S.A.

Madrid, março 2015



O uso comercial da obra original não são permitidas ou quaisquer trabalhos derivados, distribuição de que deve ser feita sob a mesma licença que rege a obra original.

Índice

1. Conceitos e orientações gerais em torno do mecanismo.....	5
2. Instituições que fazem parte do mecanismo de coordenação interinstitucional.....	7
3. Estrutura básica do mecanismo de coordenação interinstitucional.....	9
4. Mandato e funções dos órgãos do mecanismo de coordenação interinstitucional.....	11
5. Instrumentos específicos do mecanismo de coordenação.....	15
6. Convénio modelo para a implementação do mecanismo de coordenação e do roteiro.....	23

1. Conceitos e orientações gerais em torno do mecanismo

O presente Mecanismo de Coordenação Interinstitucional em matéria de Violência de Género é um dos produtos da primeira fase do **Projeto Regional de EUROsocial “Violência de Género na Ibero-América: Investigação de Crimes, Apoio a Vítimas e Coordenação Interinstitucional”**. Este projeto surge do interesse conjunto da Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP) e da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB) em disporem de instrumentos regionais que definam regras de atuação em matéria de luta contra a violência de género. Portanto, os resultados da primeira fase deste projeto são ferramentas-quadro regionais que, uma vez adotadas por ambas as organizações, permitirão aos Estados Membros o desenvolvimento a nível nacional de mecanismos concretos, nos planos da investigação, do apoio a vítimas e da coordenação interinstitucional em matéria de violência de género.

Em concreto, o presente **mecanismo de coordenação institucional** é um modelo de cooperação formal para as instituições que têm competências a nível nacional em matéria de apoio e proteção das vítimas de violência de género e deve ter uma dupla virtualidade:

- i. Promover o intercâmbio de informação no procedimento judicial e na derivação e atenção aos restantes serviços incluídos na rota de proteção à vítima de violência.*
- ii. Assegurar o cumprimento dos protocolos e, portanto, melhorar a eficácia da investigação dos delitos e de apoio às vítimas.*

Não nos referimos a uma mera Comissão de Acompanhamento dos Protocolos de apoio às vítimas de violência de género e de investigação de crimes, adotados no quadro da COMJIB e da AIAMP, mas de um verdadeiro mecanismo de ordem político e técnico que garanta a assunção dos compromissos estabelecidos nos protocolos, nas leis de violência contra a mulher, bem como a sua implementação e também a dos orçamentos legais propostos para melhorar a regulação do fenómeno da violência de género na região.

A definição deste instrumento foi concretizada no Seminário Regional de discussão e validação dos produtos das Assistências Técnicas do Projeto, levado a cabo em abril de 2013 no Panamá. As premissas sobre as quais se trabalhou neste fórum foram:

- A. Centralizará informação sobre os procedimentos policiais, judiciais e sobre o roteiro no nível mais próximo das vítimas, prestando atenção especial à coordenação das medidas protetoras da vítima e o seu acompanhamento.
- B. Fornecerá informação estatística destes procedimentos às instituições que a peçam como unidade coordenadora.
- C. A instância dedicada ao acompanhamento dos protocolos terá uma composição interinstitucional e disporá de um mandato que permita exortar às instituições parte dos protocolos para que garantam o seu cumprimento.
- D. Terá competências técnicas para planificar e avaliar o processo de implementação das diretrizes e medidas contidas nos protocolos e em qualquer outro instrumento normativo que se submeta à sua supervisão.
- E. Não se tratará necessariamente de um mecanismo único, mas desenvolverá um sistema de coordenação e cooperação interinstitucional.
- F. Poder-se-á implementar com base em estruturas já existentes na rede institucional de cada país, mas as suas competências e mandato deverão ser ampliados ou redefinidos.

O mecanismo baseia-se em padrões e compromissos anteriores, contidos parcialmente nos Protocolos de Investigação e Apoio, que os países que o adotem deveriam ter em conta:

1. Para garantir a máxima eficácia do presente mecanismo, os Estados da região deverão levar a cabo as reformas necessárias para adaptar as suas legislações aos padrões internacionais definidos na região pela Convenção de Belém do Pará.
2. Por sua vez, as instituições participantes neste mecanismo comprometem-se a:
 - Proceder à concepção e à aplicação de programas de sensibilização e formação inicial e contínua em questões de género, igualdade, não discriminação e direitos humanos das mulheres de todo o pessoal ao serviço destas instituições, qualquer que seja a tarefa que desempenhem na instituição.
 - Garantir a extensão dos serviços de apoio e mecanismos de proteção aos meios rurais.
 - Impulsionar a protocolização, formalização e standardização dos mecanismos de coordenação interinstitucional, investigação e de apoio integral, os seus processos e trâmites, como meio para garantir o seu funcionamento para além das pessoas que os impulsionam ou sustentam.

2. Instituições que fazem parte do mecanismo de coordenação interinstitucional

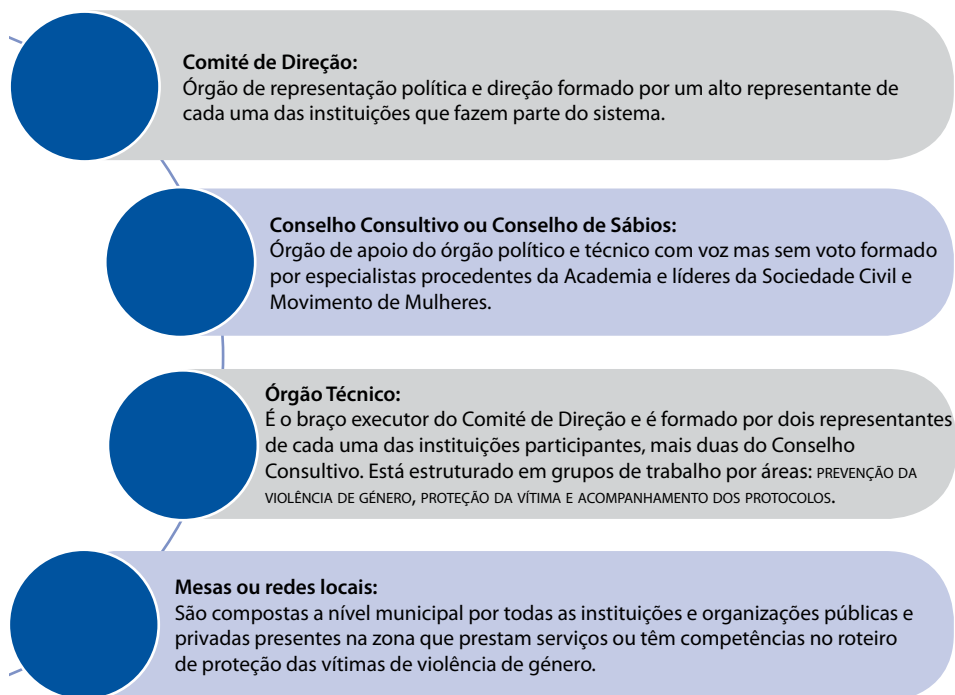


3. Estrutura básica do mecanismo de coordenação interinstitucional

Depois do estudo de várias experiências em matéria de coordenação interinstitucional tanto da América Latina como da Europa, decide-se que este modelo deve atuar nos seguintes níveis.

- NO TERRITÓRIO: local e nacional.
- NAS INSTITUIÇÕES: técnico e político.

O modelo não envolve a criação de novas estruturas institucionais, dado que se articula com base em comissões e órgãos interinstitucionais e interdisciplinares. Basicamente, o mecanismo baseia-se nos seguintes órgãos:



4. Mandato e funções dos órgãos do mecanismo de coordenação interinstitucional

Comité De Direção	
Mandato	Funções
Zelar pelo funcionamento do mecanismo de coordenação interinstitucional	Aprovar os planos anuais de ação do mecanismo
Representar o mecanismo em todos os fóruns em que seja necessário e tornar-se uma referência na ação coordenada das instituições na luta contra a violência de género	Reunir-se com carácter ordinário trimestralmente e extraordinário tantas vezes quanto as necessárias.
Instruir e dirigir o órgão técnico para o desenvolvimento do mecanismo e a sua direção técnica e institucional	Desenvolver tarefas de sensibilização a nível político, das altas autoridades do Estado e dos centros de criação de opinião pública em matéria de luta contra a Violência de Género.
Monitorizar o cumprimento dos protocolos de apoio de investigação subscritos nos fóruns da COMJIB e da AIAMP.	Dedicar alocações periódicas dos orçamentos das instituições para a manutenção do mecanismo.
Captar recursos que permitam o funcionamento do mecanismo.	Acordar com o Ministério das Finanças possíveis formas de financiamento estável ou complementar por parte do Estado.
	Pedir todos os relatórios, recomendações e consultas necessárias aos seus órgãos subsidiários para a monitoração dos protocolos de apoio e investigação.
	Promover a nível político a adoção de leis, instrumentos internacionais e mecanismos internos para a melhoria da proteção das vítimas de violência de género

conselho Consultivo	
Mandato	Funções
Assessorar tanto o Comité de Direção como o Órgão Técnico em tudo quanto lhe seja pedido	Elaborar uma metodologia de seguimento e aplicá-la para os protocolos de atenção e investigação
Atuar como vínculo do mecanismo com a sociedade civil, o movimento de mulheres e a academia.	Promover encontros periódicos entre organizações da sociedade civil, a academia e as instituições que fazem parte do mecanismo de coordenação
Gerar conhecimento à volta das ações e das possibilidades de melhoria do mecanismo de coordenação	Desenvolver uma base de dados de relatórios e informações de interesse que esteja à disposição do mecanismo
Realizar os relatórios e o trabalho técnico de monitorização e seguimento dos protocolos de atenção e de investigação, e de todos os instrumentos que lhe sejam atribuídos pelo Comité de Direção	Sistematizar a informação procedente das mesas locais e do órgão técnico em relação ao seguimento de casos.
	Participar nas reuniões do Comité Diretivo e do órgão técnico.

Órgão Técnico	
Mandato	Funções
Atuar como braço executor do mecanismo de coordenação	Definir o planeamento anual do mecanismo e submeter os relatórios anuais de atividades à avaliação do Comité Diretivo.
Implementar as ações definidas pelo Comité de Direção	Orçamentar e justificar as atividades do plano.
Definir as ferramentas técnicas necessárias para o funcionamento das mesas e redes locais e monitorizar as suas ações	Executar as ações definidas no planeamento
Planificar a atividade dos diferentes órgãos do mecanismo e administrar os recursos para o seu funcionamento	Desenvolver um método de trabalho do mecanismo e dos seus órgãos, e definir as ferramentas técnicas para o seu desenvolvimento.
	Monitorizar a ação das redes e mesas locais.
	Este órgão técnico será coordenado pelo mecanismo de igualdade.

Mesas/Redes Locais	
Mandato	Funções
Tornar-se a referência a nível local da proteção das vítimas da violência de género	Mapear ao nível zonal todos os serviços e organizações que operam na proteção das vítimas da violência de género
Articular o sistema de referência e contrarreferência dos casos nas zonas em que atuam	Constituir as redes e as mesas de trabalho.
Garantir o funcionamento do modelo de acompanhamento dos casos	Disponer, com o apoio do órgão técnico, de ferramentas de trabalho
Abrir a participação na rede ao maior número possível de instituições e organizações relacionadas com a proteção e assistência das vítimas de violência de género	Estabelecer uma cronificação e diretrizes para o sistema de referência e contrarreferência de casos
	Identificar as instituições fundamentais (universidades, ONGs) para articular o sistema de acompanhamento através de voluntários, a assessoria e assistência jurídica.
	Compilar informação sobre os casos atendidos e monitorizados pela rede e remetê-la de maneira periódica ao órgão técnico e ao Conselho Consultivo.
	As mesas locais serão coordenadas pela Promotoria nos locais onde existirem e, na sua ausência, pelas Câmaras Municipais.

5. Instrumentos específicos do mecanismo de coordenação

A. Sistema de seguimento e acompanhamento de casos

Descrição do instrumento

O sistema de seguimento e acompanhamento visa acompanhar as mulheres vítimas de violência de género sobre as quais tenha havido uma avaliação de alto risco de sofrer novas e repetidas agressões.

Trata-se de um sistema de atenção interinstitucional que permite identificar as vítimas de alto risco e obter a intervenção coordenada de todas as instituições e entidades envolvidas no caso.

Os objetivos do sistema de seguimento e acompanhamento de casos são:

1. Compartilhar informação para melhorar a segurança, saúde e bem-estar da vítima.
2. Identificar possíveis situações de descoordenação entre os diferentes agentes envolvidos.
3. Determinar se o suposto agressor pode ser um risco para uma vítima concreta ou para toda a comunidade.
4. Trabalhar conjuntamente para desenvolver um plano pessoal de segurança para as vítimas de alto risco.
5. Reduzir a revitimização.
6. Apoiar os profissionais dedicados à atenção das vítimas de violência de género.

Atores envolvidos

O sistema de seguimento e acompanhamento de casos de alto risco de violência consistirá numa reunião mensal com representantes de todas as instituições que, em cada município ou localidade, se encarregam do apoio e da proteção às vítimas de violência de género. Portanto, estarão presentes representantes da polícia, serviços sociais ou assistenciais, serviços de saúde, centros ou refúgios de acolhimento de vítimas, organizações

da sociedade civil de apoio a vítimas de violência de género ou à infância, conforme o caso, bem como outras instituições ou entidades públicas ou privadas que tenham competência na proteção das vítimas.

A composição do sistema de seguimento e acompanhamento será dinâmico e adaptado a cada município, segundo o nível de implementação das diversas estruturas e instituições públicas e privadas. Deve-se procurar a participação do maior número de agentes envolvidos.

Instituição responsável

A coordenação do sistema de seguimento e acompanhamento às vítimas de violência cabe aos serviços de polícia com competência em cada município ou, na sua ausência, ao representante do município/câmara municipal/governo local.

Diretrizes de atuação

Seguirá a seguinte dinâmica de intervenção:

1. O sistema de seguimento e acompanhamento de vítimas de violência de género será posto em funcionamento assim que houver notícia da situação de alto risco em que se encontre qualquer mulher do seu município. Considerar-se-á o risco alto quando assim for avaliado pelos serviços de polícia por si próprios, o Ministério Público¹ ou ainda, onde seja possível, quando tenha sido adotada uma medida de proteção de ordem civil.
2. A situação de alto risco deverá ser comunicada de forma imediata à instituição coordenadora do sistema de seguimento e acompanhamento em cada município ou localidade.
3. A instituição coordenadora contatará com qualquer uma das organizações da sociedade civil envolvidas no apoio às vítimas de violência de género ou com as universidades para designarem um acompanhante de referência. Os acompanhantes são pessoas com formação especializada e cuja função consiste em oferecer à vítima uma pessoa de referência que lhe prestará assessoramento, acompanhamento ao longo da investigação e processo penal, se o necessitar, e atuar como ponto de contacto entre a vítima e o sistema de seguimento e acompanhamento às vítimas.
4. A instituição coordenadora será a encarregada de convocar mensalmente a reunião, fazendo chegar a cada agente envolvido a agenda do dia.
5. Na reunião, cada instituição ou entidade representada apresentará os diversos casos que tem acompanhado, avaliando a coordenação entre instituições e a situação da vítima. Por sua vez, cada acompanhante falará em nome da vítima.

1. O Ministério Público poderá aplicar o formulário de avaliação do risco incorporado no Anexo II do Protocolo de investigação de crimes de violência de género aprovado pela Assembleia Ibero-americana de Ministérios Públicos.

6. Entre todos os integrantes do sistema de seguimento, conceber-se-á o plano de ação e estabelecer-se-á as dinâmicas de coordenação a seguir com cada vítima. Por sua vez, o acompanhante de referência manifestará se o referido plano garante a segurança da vítima.
7. Nas sucessivas reuniões, far-se-á seguimento da situação da vítima até que o caso esteja resolvido. Até à sua finalização, realizar-se-ão as mudanças necessárias para proteger a vítima e prestar-lhe o apoio necessário.

O custo económico de implementar o sistema de seguimento e acompanhamento de vítimas é relativamente baixo. A coordenação é assumida pela polícia e/ou pelo representante do município/câmara municipal/governo local. Os acompanhantes, figuras essenciais no sistema de seguimento, são membros dos serviços públicos de apoio a vítimas, ONGs ou serviços jurídicos, psicológicos ou de qualquer outro tipo de universidades, são voluntários. Todos os participantes do serviço de seguimento e acompanhamento atuam sob o mandato da sua instituição ou entidade, de forma que não é necessária nenhuma contribuição económica para a manutenção do sistema. É importante levar a cabo atividades periódicas de formação e autocuidado a cargo da pessoa coordenadora e dos acompanhantes.

B. As mesas locais. Sistema de referência e contrarreferência

Descrição do instrumento

O sistema de referência e contrarreferência é um sistema administrativo de coordenação que permite dar seguimento às vítimas de violência de risco, qualquer que seja o nível de risco em sofrer novas agressões, assegurando a coordenação entre todas as instituições e entidades, públicas ou privadas, envolvidas na atenção à violência de género.

Trata-se de um sistema de atuação interinstitucional que pretende dar seguimento das derivações realizadas a outras instituições ou entidades para conhecer se a atenção recebida foi adequada ao que foi solicitado e esperado pela instituição emissora e pela vítima.

Os objetivos do sistema de referência e contrarreferência são:

- h. Definir e articular a rede de apoio às mulheres vítimas de violência de género, dispondo de um sistema de transferência de informação.
- i. Contar com uma ferramenta central que permita o apoio integral às vítimas.
- j. Otimizar a atuação das diferentes instituições e entidades envolvidas.
- k. Assegurar que a vítima recebe a atenção devida de cada serviço e recurso, o que contribui para a melhoria do apoio e da proteção.

- I. Detetar a falta de coordenação entre instituições e adotar as medidas necessárias para resolver esse problema.

Atores envolvidos

No sistema de referência e contrarreferência, são intervenientes todas as instituições e entidades públicas ou privadas que participam das mesas locais e que operam a nível policial, judicial, assistencial, médico e educativo.

Instituição responsável

A coordenação do sistema de referência e contrarreferência caberá à mesma entidade encarregada da mesa local, isto é, ao Ministério Público ou, se for o caso, ao município/câmara municipal/governo local.

Diretrizes de atuação:

1. As instituições e entidades que integrem cada mesa local definirão um sistema de referência e contrarreferência que lhes permita dar seguimento à cada vítima e otimizar a atenção à mesma.
2. O sistema de referência e contrarreferência operará inicialmente de forma manual, sem prejuízo de que, progressivamente, se possa desenvolver um sistema informático que permita o registo de cada referência e contrarreferência praticada, podendo conhecer a rota seguida pela vítima perante as diferentes instituições e o grau de satisfação obtido.
3. Para a sua aplicação, cada instituição ou entidade membro da rede local designará uma pessoa referente para os efeitos de coordenação, recepção e seguimento de vítimas de violência em cada estabelecimento. De preferência, uma pessoa com experiência e conhecimento na abordagem da violência e com competências de primeiro acolhimento.
4. Sempre que se receba uma denúncia ou notícia de violência de género, a instituição ou entidade de acolhimento deverá encaminhar a vítima aos serviços ou recursos necessários para receber apoio integral. Para isso, deverá contactar previamente, por via telefónica, por correio eletrónico ou por sistema informático, se for o caso, com a instituição encaminhada para dar início à atuação coordenada.
5. A contrarreferência é o procedimento pelo qual a mulher vítima de violência relativa a outra instituição é devolvida à unidade de primeiro contacto. Deverá apresentar um documento que acredite a atenção recebida e o procedimento a seguir.

A mesa local avaliará mensalmente o funcionamento do sistema de referência e contrarreferência para resolver as disfunções que possam ocorrer e dispor progressivamente dos meios técnicos necessários para assegurar o bom funcionamento do sistema.

C. Monitorização dos protocolos de atenção e investigação.

Descrição do instrumento

Com o presente instrumento, pretende-se dar seguimento ao nível de implementação dos protocolos de investigação de delitos de violência de género e de apoio às vítimas de violência de género aprovados pela AIAMP e COMJIB, respectivamente.

O seguimento torna-se imprescindível para assegurar o cumprimento dos compromissos e responsabilidades assumidos pelas respectivas instituições e, portanto, para melhorar a prevenção, atenção, sanção e erradicação da violência.

Atores envolvidos

A monitorização dos protocolos caberá ao conselho consultivo, servindo-se da informação remetida pelo órgão executivo, que por sua vez terá que sistematizar a informação recebida das mesas e redes locais. Do mesmo modo, cada uma das instituições responsáveis pela aplicação dos protocolos deverá informar sobre o seu grau de cumprimento.

Instituição responsável

O conselho consultivo é o órgão encarregado de elaborar a metodologia quantitativa e qualitativa para o seguimento dos protocolos de investigação e atenção. Para desenvolver a sua atuação deverá contar, no entanto, com a colaboração dos restantes mecanismos de coordenação.

Diretrizes de atuação

Para a aplicação do processo de monitorização:

1. O Conselho Consultivo, decorrido um ano do início da implementação dos protocolos, levará a cabo a sua primeira atividade de monitorização do nível de desenvolvimento e aplicação.
2. Desde a sua constituição, o Conselho consultivo dedicar-se-á à elaboração da metodologia de seguimento da aplicação dos protocolos, devendo dotar-se de ferramentas de análise quantitativa e qualitativa que permitam identificar os progressos na aplicação e as melhorias a realizar.
3. Para o desenvolvimento da metodologia de seguimento, contará com a assistência do órgão técnico e das mesas e das redes sociais, bem como das respectivas instituições subscritas, Ministério Público e Ministérios da Justiça.
4. O Conselho Consultivo elaborará relatórios, recomendações e consultas, a pedido do comité de direção, sobre a melhoria na implementação dos protocolos.

5. Uma vez desenvolvida a metodologia, o conselho consultivo avaliará anualmente a aplicação e implementação dos protocolos, elaborará um relatório com as suas conclusões e recomendações para melhorar a aplicação de ambos os protocolos e, se for o caso, propor reformas ou acréscimos aos protocolos.

D. A assessoria jurídica e representação legal das vítimas

Descrição do instrumento

Este instrumento visa garantir a assistência e proteção devidas às vítimas de violência de gênero, facilitando o acesso gratuito a serviços de assessoria e representação legal ao longo da investigação e do processo judicial. Os diversos instrumentos internacionais e nacionais reconhecem o direito das vítimas a participarem no processo, embora o direito das vítimas à defesa judicial efetiva exige que possam ir ao processo com a sua própria representação legal para defenderem todos os seus direitos, em particular o direito à reparação integral do dano causado.

Com este instrumento, pretende-se facilitar o acesso das vítimas a serviços jurídicos gratuitos, quer sejam prestados pela Defensoria pública, pelos serviços jurídicos das universidades, quer pelas organizações da sociedade civil envolvidas no apoio às vítimas que possam prestar esse serviço jurídico.

O objetivo deste instrumento é:

- a. Prestar à vítima um serviço de assessoramento jurídico de qualidade e gratuito.
- b. Reconhecer o direito da vítima a participar no processo com a sua própria defesa e representação, desde a interposição da denúncia até à finalização do processo por resolução firme.
- c. Assistir a todas as atuações judiciais devidamente representada.
- d. Exercer as ações penais e civis correspondentes, incluindo, se for o caso, as relativas à guarda e à custódia dos/as seus filhos/as e à exigência de alimentação.

Atores envolvidos

Para assegurar a assistência jurídica gratuita, será necessário contar com a colaboração tanto das instituições públicas dedicadas à defesa dos direitos, como das instituições privadas que prestam assessoria jurídica. Por isso, serão envolvidos neste instrumento a Defensoria Pública e as Ordens de Advogados como serviços de voluntariado das universidades ou das organizações da sociedade civil dispostas a assumir a defesa e a representação da vítima no processo.

Instituição responsável

A coordenação e aplicação do instrumento de assessoria e representação jurídica caberão ao Ministério da Justiça.

Diretrizes de atuação

Para a aplicação deste instrumento, será necessário:

1. Iniciar os contactos com a Defensoria Pública e as Ordens dos Advogados para incentivar a sua participação.
2. Identificar outras instituições e entidades públicas ou privadas interessadas em prestar assistência e representação legal, em particular, as universidades e organizações da sociedade civil.
3. Estabelecer os protocolos de atuação para a aplicação dos serviços de assistência jurídica gratuita à vítima, de modo que a vítima de violência de género que solicitar a assistência legal possa contar com uma listagem de profissionais dispostos a assumir a sua representação.
4. Oferecer a formação especializada aos diferentes profissionais do direito dispostos a participarem no referido serviço, para incorporar a perspectiva de género à sua atuação profissional e familiarizá-los com a realidade da violência de género.
5. Avaliar anualmente o bom andamento do serviço e o grau de satisfação das mulheres vítimas de violência com a assistência legal.

6. Convênio modelo para a implementação do mecanismo de coordenação e do roteiro

MODELO DE CONVÊNIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Reunidos os máximos representantes de:

Mecanismo do Gabinete da Mulher

Ministério Público

Poder Judicial

Ministério da Justiça

Polícia/Ministério do Interior /Segurança

Procuradoria dos Direitos Humanos

Defensorias públicas/Ordens de advogados

Ministério dos Assuntos Sociais/Saúde

Ministério da Educação

Institutos para a proteção da infância e da adolescência

EXPÕEM

1. A violência de gênero é um dos maiores problemas que enfrentamos no século XXI, porque se converteu na primeira causa de morte das mulheres. É fruto da desigualdade entre mulheres e homens, desigualdade que tem a sua origem histórica no sistema cultural patriarcal e na existência de desigualdades sociais e discriminações estruturais de gênero em todos os âmbitos da sociedade. Sustenta-se, sem dúvida, na tradicional partilha de papéis e responsabilidades em função do sexo, provocando uma situação de dominação e subordinação da mulher em relação ao homem tanto nas relações familiares e de afetividade como nos restantes âmbitos da vida.
2. A violência contra as mulheres, em qualquer das suas formas, atenta gravemente contra a sua dignidade e integridade, contra os seus direitos de cidadania e representa uma grave fissura da ordem social, já que é paradigma de uma violação intolerável dos direitos humanos.

3. A violência de género tem diversas manifestações, entre elas as formas de violência exercidas no quadro de uma relação de casal ou dentro da própria família ou do próprio lar. Historicamente, este tipo de agressões, pelo facto de ocorrerem no espaço íntimo da afetividade e da família, mantiveram-se ocultas ao resto da sociedade, a qual, por sua vez, tem mostrado uma evidente atitude de tolerância.
4. Desde há décadas, no entanto, as diferentes formas de violência têm começado a serem consideradas violações dos direitos humanos, incorporando-se à agenda política internacional. Como consequência disso, em 1979 a Assembleia das Nações Unidas proclamou a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Nos anos 90, a Declaração da ONU sobre Eliminação da Violência contra as Mulheres aprovada a 20 de dezembro de 1993 pela Assembleia Geral das Nações Unidas define a violência contra as mulheres como “todo o ato de violência baseado na pertença ao sexo feminino que tenha ou possa ter como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, inclusive as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, tanto se ocorrerem na via pública como na privada”. Nessa mesma linha, no âmbito da região da América Latina aprovou-se em 1994 a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, também chamada Convenção de Belém do Pará.
5. As normas internacionais estabelecem a obrigação dos poderes públicos de adotar, por todos os meios necessários e sem dilações, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência de género.
6. Todavia, para atingir esse fim é necessária uma intervenção multidisciplinar e coordenada que garanta uma proteção e apoio integral em todos os âmbitos policial, judicial, médico, assistencial e educativo e em todos os níveis de organização do Estado, quer seja a nível estatal, regional ou local, como em todas as instâncias políticas e de gestão.

Por tudo que se expôs, as partes intervenientes na representação que ocupam,

ACORDAM

Primeiro.- O presente convénio tem por objeto obter a máxima colaboração e coordenação entre as instituições envolvidas na prevenção, sanção e erradicação da violência de género e na apoio às vítimas dessa violência, estabelecendo umas diretrizes homogêneas de atuação que garantam um apoio de qualidade em todos os âmbitos envolvidos.

Segundo.- As instituições e entidades subscritas comprometem-se a que a assistência às vítimas se realize de um ponto de vista integral, de modo que o objetivo principal da atuação coordenada seja o seguimento e acompanhamento das vítimas na rota crítica derivada da violência de género, portanto, antes, durante e após o processo judicial, e sempre procurando obter a reparação integral da vítima.

Terceiro.- As instituições e entidades subscritas comprometem-se, quando tiverem conhecimento da comissão de um ato de violência, a adaptar a sua atuação aos mecanismos de coordenação interinstitucional que se anexam ao presente Convénio, bem como aos Protocolos de investigação de delitos de violência de género e de apoio às vítimas de violência de género aprovados nos respectivos fóruns da Assembleia Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP) e da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB), dentro do quadro da sua respectiva competência e respeitando a independência judicial.

Quarto.- Para favorecer a aplicação das medidas e diretrizes de atuação estabelecidas no Convénio, as instituições e entidades subscritas, no quadro das suas respectivas competências, levarão a cabo as seguintes atuações:

- a. Difundir os conteúdos do presente Convénio e dos Mecanismos de Coordenação adjuntos ao mesmo entre os profissionais que integrem as instituições assinantes e que estejam direta ou indiretamente envolvidos na prevenção, sanção e erradicação da violência de género.
- b. Elaborar e pôr em funcionamento planos de formação contínua sobre a atuação em casos de violência de género, dando especial ênfase às diretrizes estabelecidas nos protocolos de investigação e apoio às vítimas da violência de género anteriormente mencionados.
- c. Formular nos seus respectivos quadros de atuação funcional e territorial novas diretrizes de atuação para as instituições e entidades subscritas, seguindo as diretrizes de atuação previstas no mecanismo de coordenação e nos respectivos protocolos de investigação e atenção da violência de género.
- d. Dispor dos meios materiais, humanos e técnicos necessários para a implementação do presente Convénio.

Quinto.- Para tal fim, cria-se um Comité de Direção, órgão de representação política e direção encarregado de zelar pelo funcionamento do mecanismo de coordenação.

O Comité de Direção será formado por um representante de cada uma das instituições e entidades subscritas ou por quem estas designem na sua representação.

O órgão reitor do Comité de Direção será o Mecanismo para o Progresso da Mulher, que designará um departamento da sua competência para realizar as funções de secretaria.

Serão funções do Comité de Direção:

- a. Aprovar os planos anuais de atuação do mecanismo de coordenação
- b. Desenvolver tarefas de sensibilização a nível político, das altas autoridades do Estado e dos centros de criação de opinião pública em matéria de luta contra a violência de género

- c. Dedicar dotações periódicas dos orçamentos das instituições para a manutenção do mecanismo
- d. Acordar com o Ministério das Finanças possíveis vias de financiamento ou complementar por parte do Estado
- e. Solicitar tantos relatórios, recomendações e consultas sejam necessários aos seus órgãos subsidiários para a monitorização dos protocolos de investigação e apoio
- f. Promover a nível político a adoção de leis, instrumentos internacionais e mecanismos internacionais para a melhoria da proteção das vítimas de violência de género

O Comité de Direção realizará sessões ordinárias trimestralmente. Além disso, poderá convocar sessões extraordinárias por iniciativa do órgão reitor ou de qualquer um dos seus integrantes. Nesse caso, a petição terá de ser realizada por escrito e conterá a proposta justificada dos assuntos a tratar. O órgão reitor convocará a reunião extraordinária dentro dos quinze dias seguintes ao da solicitação e a agenda do dia incluirá necessariamente os pontos solicitados, podendo ser adicionados outros.

Sexto.- Para apoiar e assessorar a tarefa do Comité de direção, bem como atuar como vínculo entre o mecanismo de coordenação e a sociedade civil, será criado um conselho consultivo.

O conselho consultivo será formado por representantes da sociedade civil, dos movimentos de mulheres e da academia.

A direção do Conselho consultivo caberá à pessoa designada para tal fim pelo próprio comité diretivo.

São funções do Conselho consultivo:

- a. Elaborar uma metodologia de seguimento dos protocolos de investigação e apoio às vítimas de violência de género
- b. Desenvolver uma base de dados de informação de interesse ao serviço do mecanismo de coordenação (regulamento nacional e internacional, jurisprudência, bibliografia doutrinal...)
- c. Sistematizar a informação sobre o seguimento de casos procedente do órgão técnico e das mesas locais
- d. Participar das reuniões do Comité de direção e do Órgão técnico, com voz mas sem voto.

O Conselho consultivo reunir-se-á em sessões ordinárias pelo menos duas vezes por ano. Além disso, poderá convocar sessões extraordinárias por iniciativa do Conselho diretivo ou de duas terças partes dos seus integrantes. Neste caso, a petição terá de ser realizada por escrito e conterá a proposta justificada dos assuntos a tratar. O órgão reitor convocará a reunião extraordinária dentro dos quinze dias seguintes ao da

solicitação e a agenda do dia incluirá necessariamente os pontos solicitados, podendo ser adicionados outros.

Os membros do conselho consultivo manterão uma atividade constante de transmissão de informação no período intermédio às reuniões ordinárias e/ou extraordinárias.

Sétimo.- Para implementar as ações definidas pelo Comité de Direção, será criado um órgão técnico, encarregado por sua vez de estabelecer as ferramentas, diretrizes de atuação e monitorização das mesas locais no seguimento e acompanhamento às vítimas.

O órgão técnico será formado por dois representantes de cada uma das instituições subscritas, bem como dois representantes do Conselho consultivo. A coordenação do órgão técnico caberá ao Ministério Público.

São funções do órgão técnico as seguintes:

- a. Definir o planeamento anual do mecanismo e submeter os relatórios anuais de atividades à avaliação do conselho de direção
- b. Orçamentar e justificar as atividades do plano
- c. Executar as ações definidas no planeamento
- d. Desenvolver um método de trabalho do mecanismo e dos seus órgãos e definir as estratégias para o seu desenvolvimento
- e. Monitorizar a ação das redes e mesas locais

O órgão técnico reunir-se-á em sessões ordinárias mensalmente. Além disso, poderá convocar sessões extraordinárias por iniciativa do conselho diretivo ou de duas terças partes dos seus integrantes. Neste caso, a petição terá de ser realizada por escrito e conterá a proposta justificada dos assuntos a tratar. O Ministério Público, como instituição coordenadora, convocará a reunião extraordinária dentro dos quinze dias seguintes ao da solicitação e a agenda do dia incluirá necessariamente os pontos solicitados, podendo-se adicionar outros.

Os membros do órgão técnico manterão uma atividade constante de transmissão de informação no período intermédio às reuniões ordinárias e/ou extraordinárias.

Oitavo.- Serão constituídas a nível local/municipal as denominadas mesas locais para assegurar a implementação do mecanismo de coordenação a todos os níveis e garantir a efetiva proteção das vítimas de violência de género.

Uma mesa local é um instrumento operativo de trabalho que se constitui como órgão colegiado cuja função primordial é trabalhar pela prevenção da violência de género no município, bem como atuar e dar resposta rápida, coordenada e eficaz aos casos que ocorram. Trata-se de uma estrutura dinâmica e operativa que se adaptará à estrutura institucional e organizativa de cada município.

As mesas locais serão constituídas por um representante de cada uma das instituições e entidades que em cada município ou localidade se dedicam, direta ou indiretamente, à prevenção e atenção da violência de género. Poderão fazer parte da mesa local representantes de:

- O município/câmara municipal/governo local
- Serviços sociais/assistenciais do município encarregados da prevenção e atenção à violência de género
- Ministério Público, de preferência membro da promotoria especializado em casos de violência de género
- Poder judicial, de preferência juiz especializado, onde existam corpos de polícia com presença no município e competência em violência de género
- Psicólogos, trabalhadores sociais... dos serviços municipais de atenção às mulheres vítimas de violência
- Sistema educativo no município
- Pessoal médico do centro de saúde, consultório médico ou similar
- Instituições públicas de proteção de crianças e adolescentes
- Organizações da sociedade civil especializadas na atenção e acompanhamento de vítimas de violência de género
- Outros recursos públicos ou privados de prevenção e atenção de vítimas de violência de género

A coordenação das mesas locais caberá ao Ministério Público nos municípios onde tiver sede. Nos restantes municípios, a coordenação caberá ao município/câmara municipal/governo local.

São funções das mesas locais:

- a. Mapear a nível local todos os serviços e organizações que operam na proteção das vítimas de violência de género.
- b. Constituir as mesas e redes de trabalho.
- c. Dotar-se de ferramentas de trabalho com apoio do órgão técnico.
- d. Estabelecer cronificações e diretrizes para estabelecer o sistema de referência e contrarreferência no apoio às vítimas de violência de género.
- e. Identificar as instituições fundamentais (universidades, ONGs...) para articular o sistema de seguimento e a assistência e representação jurídica através de voluntários.
- f. Recolher informação sobre os casos atendidos e monitorizados pela mesa e informar periodicamente o órgão executivo e o Conselho consultivo.

A mesa local reunir-se-á mensalmente em sessões ordinárias. Além disso, poderá convocar sessões extraordinárias por iniciativa do órgão coordenador ou de duas terças partes dos seus integrantes. Neste caso, a petição terá de ser realizada por escrito e conterá a proposta justificada dos assuntos a tratar. A instituição coordenadora

convocará a reunião extraordinária dentro dos quinze dias seguintes ao da solicitação e a agenda do dia incluirá necessariamente os pontos solicitados, podendo-se adicionar outros.

Nono.- As instituições subscritas comprometem-se a garantir a participação equilibrada de homens e mulheres nos respectivos mecanismos de coordenação.

Décimo.-Roteiro: Para a aplicação do presente mecanismo, descreve-se a seguinte sequência de ações a desenvolver em 6 meses:

FASE 1

ASSINATURA DO CONVÉNIO INTERINSTITUCIONAL PARA A APLICAÇÃO DO MECANISMO:

Num prazo não superior a 2 meses, adaptar-se-á o modelo de Convénio (que reunirá funções e estatutos do Comité Diretivo e do Órgão Técnico) e passará a assinatura das diferentes instituições parte. Formar-se-á o Comité Diretivo que manterá a sua primeira reunião e designará os membros do Conselho Consultivo e Órgão Técnico.

FASE 2

FORMAÇÃO DAS MESAS LOCAIS

Levar-se-á a cabo um mapeamento a nível nacional das instituições e organizações que prestam serviços de atenção e proteção às vítimas de violência de género em todos os municípios do país e que poderiam ser parte das mesas locais.

COLOCAÇÃO EM FUNCIONAMENTO DAS MESAS LOCAIS

Definir-se-á um protocolo/convénio modelo com a descrição exata das tarefas e procedimento para o seguimento de casos, para que seja subscrito pelas diferentes instituições e organizações identificadas nos níveis locais.

FASE 3

DEFINIÇÃO DO PLANO OPERATIVO NACIONAL PARA O MECANISMO E A ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

O Órgão Técnico definirá um planeamento de atividades, com o seu orçamento e proposta de financiamento. O Comité Diretivo discuti-lo-á e articulará as ações necessárias para garantir o financiamento.

FASE 4

IMPLEMENTAÇÃO DAS PRIMEIRAS AÇÕES PARA GARANTIR A ARTICULAÇÃO DE:

- Mecanismo de seguimento de casos/referência e contrarreferência
- Modelo de assistência/assessoria legal.

Décimo-primeiro.- O presente convénio entrará em vigor a partir da sua assinatura e por tempo de um ano, renovando-se automaticamente, a menos que conste a renúncia expressa de alguma das partes subscritas.

Ema... de 2013

Assinado

Consórcio Liderado por



Sócios Coordenadores



Participam mais de 80 Sócios Operacionais e Entidades Colaboradoras da Europa e América Latina

EUROsocial é um programa de cooperação regional da União Europeia com a América Latina para a promoção da coesão social, por meio do apoio a políticas públicas nacionais e do fortalecimento das instituições que as executam. O EUROsocial pretende promover um diálogo euro-latino-americano de políticas públicas voltado à coesão social. O seu objetivo é contribuir com processos de reforma e implementação em dez áreas-chaves de políticas, em determinadas temáticas, selecionadas pelo seu potencial de impacto sobre a coesão social. O instrumento em que se apoia é a cooperação institucional ou a aprendizagem entre pares: intercâmbio de experiências e assessoria técnica entre instituições públicas da Europa e da América Latina.



www.eurosocial-ii.eu